

TRABALHO DOMÉSTICO E A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987: uma análise da redação do tema na Constituição de 1988

Thiago Gomes Eirão¹

Analisa as alterações realizadas na redação do tema do trabalho doméstico durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 que culminou na Constituição Federal de 1988, atualmente vigente no Brasil. O tema, controverso e de alta relevância para a sociedade, como pode ser verificado nos dados coletados, teve sua presença no texto constitucional alterada por diversas vezes, além de ser foco de constantes debates e manifestações populares. Apesar da grande repercussão das discussões sobre os direitos do trabalhador doméstico, o texto constitucional promulgado não concedeu a esses trabalhadores uma série de direitos garantidos às demais classes trabalhistas. Essa incongruência somente seria corrigida décadas depois com a promulgação de uma emenda constitucional específica, conhecida como “PEC das domésticas”, que garantiu ao trabalhador doméstico os mesmos direitos já concedidos aos demais tipos de trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Assembleia Nacional Constituinte – Brasil (1987). Constituição Federal – Brasil (1988).

DOMESTIC WORK AND THE CONSTITUCIONAL NATIONAL ASSEMBLY OF 1987: an analysis of the theme in the Brazilian Constitution of 1988

It deals with the analysis of the changes made in the writing of the theme of domestic work during the 1987 National Constituent Assembly, culminating in the Federal Constitution of 1988, currently in force in Brazil. This topic, controversial and highly relevant to society, as can be verified in the collected data, had its presence in the constitutional text altered by several times, besides being a focus of constant debates and popular manifestations. Despite the great

¹ Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília. Servidor público na Câmara dos Deputados do Brasil, atuando em informações legislativas e sua organização e fatores de divulgação. Especialista em informação pública e nos processos de disponibilização. <http://orcid.org/0000-0002-8462-9425>.

repercussion of the discussions on the rights of the domestic worker, the constitutional text promulgated did not grant these workers a series of rights guaranteed to the other classes of workers. The correction of this incongruity occurred just decades later with the promulgation of a specific constitutional amendment, known as “PEC of the domestic ones”, that guaranteed to the domestic worker the same rights already granted to the other types of workers.

Keywords: Domestic work. National Constituent Assembly – Brazil (1987). Brazilian Federal Constitution (1988).

EL TRABAJO DOMÉSTICO Y LA ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE DE 1987: un análisis del tema en la Constitución brasileña de 1988

Analiza las alteraciones realizadas en la redacción del tema del trabajo doméstico durante la realización de la Asamblea Nacional Constituyente de 1987 que culminó en la Constitución Federal de 1988 actualmente vigente en Brasil. El tema, controvertido y de alta relevancia para la sociedad, como poder ser verificado en los datos recolectados, tuvo su presencia en el texto constitucional alterada en varias ocasiones, además de ser foco de constantes debates y manifestaciones populares. A pesar de la gran repercusión de las discusiones sobre los derechos del trabajador doméstico, el texto constitucional promulgado no concedió a esos trabajadores una serie de derechos garantizados a las demás clases laborales. Esta incongruencia sólo sería corregida décadas después con la promulgación de una enmienda constitucional específica, conocida como “PEC de las domésticas”, que garantizó al trabajador doméstico los mismos derechos ya concedidos a los demás tipos de trabajadores.

Palabra-claves: Trabajo doméstico. Asamblea Nacional Constituyente – Brasil (1987). Constitución Federal – Brasil (1988).

INTRODUÇÃO

De acordo com o Dicionário Aurélio (2010) a palavra trabalho representa uma atividade coordenada, de caráter físico ou intelectual, que se destina a um determinado fim ou realização de uma tarefa. Já “doméstico” é um conceito que está relacionado à casa, à vida da família.

Exatamente na junção dessas duas palavras, surge o conceito do trabalho doméstico, que serve para designar uma das atividades mais antigas desempenhadas pelo ser humano. Inicialmente identificado como uma atividade tipicamente feminina,

embora a mulher ainda seja o maior número, o trabalho doméstico sofreu mudanças seja no perfil do trabalhador quanto sua relação na sociedade. De acordo com Abramo; Valenzuela (2016, p. 120) com a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, “[...] as trabalhadoras domésticas desempenham um papel de suma importância, na medida em que o trabalho dessa categoria é estratégico para outras mulheres trabalhadoras possam se inserir no mercado de trabalho”. Segundo Avelino (2015, p. 23), esse tipo de trabalho, no Brasil, “Vem da época da escravidão. Daí se explica que cerca de 93% dos empregados doméstico são mulheres, em sua maioria negras e mestiças [...]”, logo, no contexto brasileiro, desde sua concepção, uma atividade arraigada de preconceitos e, conseqüentemente, ausência de direitos.

O trabalho doméstico constitui uma das “franjas” do sistema capitalista e um de seus mais sutis paradoxos. Com efeito, nada mais se aproxima da servidão pessoal do que o trabalho doméstico e, enquanto essa modalidade de trabalho é diminuta na maior parte das sociedades capitalistas centrais, nos países periféricos, especialmente no Brasil, aumenta de forma impressionante e assume relevância social e econômica. (SANTOS, 2008, p. 206).

De acordo com Ávila (2016, p. 137) existem no Brasil 6,6 milhões de trabalhadores/trabalhadoras domésticos, desse número 61% são mulheres e negras. Na América Latina estima-se que o trabalho doméstico represente 7% da ocupação urbana regional (GUIMARÃES, 2012). Dentro desse contexto, o tempo de trabalho exigido do trabalhador doméstico é um dos pontos mais controversos, já que “o tempo de trabalho é um elemento central na tensão entre cidadania e servidão” (ÁVILA, 2016, p. 138)

No Brasil, a configuração do emprego doméstico foi historicamente tributária da escravidão e das heranças que persistem como elementos constitutivos das relações sociais [...] O trabalho doméstico como trabalho remunerado, no Brasil, foi conformado na imbricação das relações sociais de sexo, de raça e de classe. (ÁVILA, 2016, p. 138).

Tendo essa realidade constituidora do trabalho doméstico, desigualdades, ausência de direitos e reconhecimento do trabalhador doméstico são ideias constantemente ligadas a esse profissional. Dessa forma, embates sociais em busca de direitos e reconhecimento da profissão são comuns. Especialmente durante o século XX, o tema trabalho doméstico foi marcado pela discussão e estabelecimento de

direitos e deveres impostos tanto aos empregadores quanto ao profissional doméstico, mesmo que a um ritmo lento (MARTINS, 2015). No entanto, apesar de esforços envidados para equiparar este tipo de trabalhador aos demais, o tema é um tópico controverso para os legisladores que tentam criar maior sustentabilidade à profissão e proteção ao trabalhador doméstico.

No Brasil, a primeira tentativa concreta em regulamentar a profissão, ocorreu em 1972 com a edição da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972², que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e o definiu como “[...] aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”.

Oriunda do Projeto de Lei nº 930, de 1972³, esta lei trouxe como principal garantia ao trabalhador doméstico o acesso ao sistema de previdência social, que segundo a exposição de motivos do referido projeto, tratava-se de “[...] providência de maior relevância e magnitude, que vem suprir uma real lacuna em nossa legislação social-trabalhista”. Com este marco inicial, outros normativos jurídicos foram criados ao longo do tempo sobre os direitos do trabalhador doméstico que acabaram estimulando o debate sobre o reconhecimento desse trabalhador no maior instrumento normativo brasileiro: a Constituição Federal de 1988. Nascida em meio a vários embates em torno da questão, mesmo assim, o legislador foi tímido ao enquadrar o tema no texto constitucional. Embora tenha ocorrido um aumento dos direitos assegurados ao empregado doméstico na Constituição, restavam ainda dúvidas quanto ao funcionamento dessa atividade que julgava-se estar em progressiva extinção (SANTOS, 2008).

Passados mais de 20 anos da promulgação do texto constitucional, iniciou-se a discussão da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 478, de 2010⁴, que deu origem à Emenda Constitucional nº 72, de 2013⁵, conhecida como a “PEC das domésticas” que alterou o art. 7º, parágrafo único da Constituição para assegurar aos

² <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-norma-pl.html>. Acesso em: 3 abril 2018.

³ http://www.camara.leg.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=184649.

⁴ http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=473496.

⁵ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2013/emendaconstitucional-72-2-abril-2013-775615-norma-pl.html>.

trabalhadores domésticos os direitos já previstos às outras categorias de trabalhadores, dessa forma, registrando de maneira explícita na Carta Magna brasileira, a figura do empregado doméstico.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (BRASIL, 1988).

Em uma primeira análise, talvez seja possível inferir que o tema do trabalho doméstico tenha passado ao largo das discussões sobre o texto constitucional à época de sua elaboração, já que apenas mais de duas décadas depois tornou-se real um item normativo que vai ao encontro dos desejos do empregado doméstico. Contudo, a realidade é completamente oposta ao que se imagina sobre o tema. O trabalho doméstico foi amplamente discutido, defendido de maneira veemente por vários constituintes e classes de interesses, no entanto, nos meandros da construção do texto constitucional, perdeu força e foi retirado da versão promulgada em 1988.

Tendo todo esse contexto exposto e a comemoração dos trinta anos da Constituição de 1988⁶, o presente artigo se propõe a elucidar como se deram os debates sobre o trabalho doméstico durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, assim como, apresentar as diferentes redações propostas que por fim culminaram na exclusão do tema na Constituição promulgada. Todo o material consultado e apresentado neste trabalho é oriundo do Portal da Constituição Cidadã⁷ da Câmara dos Deputados, que reúne toda a história do processo constituinte e que permite a qualquer cidadão ter acesso às informações referentes à construção dos dispositivos constitucionais com suas respectivas discussões, emendas e demais itens que envolveram a criação da Constituição de 1988. Registra-se aqui as importantes contribuições das pesquisadoras Nadia Monteiro

⁶ <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>.

⁷ http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada.

Pereira e Ana Beatriz de Castro Carvalho Lacerda, servidoras do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, especialistas em pesquisas sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

O ano é 1985, o Brasil acaba de sair de um regime ditatorial (GEMIGNANI, 2008) e prepara-se para iniciar um novo período democrático, onde há uma grande expectativa do cidadão em ter novamente direitos até então cassados pelo regime recentemente encerrado e de maneira análoga, o ressurgimento das instituições típicas das democracias modernas. Logo, cumprindo promessa feita pelo candidato à presidência da República, Tancredo Neves, José Sarney, que assumiu o cargo de presidente no lugar de Tancredo Neves devido ao seu falecimento, envia ao Congresso Nacional a Mensagem Presidencial nº 48, de 1985⁸, convocando a Assembleia Nacional Constituinte, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985, com a finalidade de elaborar a nova Constituição do Brasil.

É com a mais profunda confiança no discernimento e na vocação do povo brasileiro, para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça, que proponho a Vossas Excelências a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Compromisso histórico firmado no curso do movimento cívico que congregou brasileiros de todas as condições, com o propósito de democratizar a sociedade e o Estado, é a convocação da Assembléia Nacional Constituinte ato de coragem e fé. [...] Cumpro o dever assumido com a Nação pela Aliança Democrática. A Assembléia Nacional Constituinte realizará, sem dúvida, o grande e novo pacto nacional, que fará o País reencontrar-se com a plenitude de suas instituições democráticas. Espero que, de agora, a sociedade se mobiliza para criar a mística da Constituição, que é o caminho do Estado de Direito. (SARNEY, 1985).

Após várias batalhas regimentais permeadas de polêmicas e debates acirrados (BRASIL, 2013), foi promulgada a Emenda Constitucional nº 26, de 1985⁹, instalando uma constituinte congressional, ou seja, seu funcionamento seria paralelo às atividades

⁸ http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/emenda.pdf.

⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-26-27-novembro-1985-364971-norma-pl.html>.

ordinárias do Poder Legislativo. Segundo Barroso (2008, p. 320) os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram iniciados sem a existência de um texto base, embora tenha sido elaborado o Anteprojeto Afonso Arinos¹⁰, fato que aliado à continuação do funcionamento ordinário do Legislativo, “[...] dificultou de modo significativo a racionalização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte”.

Formada por 594 Parlamentares, 512 deputados e 82 senadores, a Assembleia Nacional Constituinte diante do desafio de elaborar uma Constituição sem um texto base, precisou sistematizar seus trabalhos de uma forma que possibilitasse a conclusão das atividades dentro do prazo estipulado (OLIVEIRA, 1993). Uma tarefa complexa demandou um processo igualmente intrincado com várias instâncias de apreciação. A esse respeito, o Quadro 1 apresenta o esquema elucidativo de como foi organizado o processo de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte:

Quadro 1: Etapas e fases da Assembleia Nacional Constituinte

ETAPAS	FASES
1. Preliminar	Definição do Regimento Interno da ANC Sugestões: Cidadãos, Constituintes e Entidades
2. Subcomissões Temáticas	A: Anteprojeto do Relator B: Emenda ao Anteprojeto do Relator C: Anteprojeto da Subcomissão
3. Comissões Temáticas	E: Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão na Comissão F: Substitutivo do Relator G: Emenda ao Substitutivo H: Anteprojeto da Comissão
4. Comissão de Sistematização	I: Anteprojeto de Constituição J/K: Emendas de Mérito e de Adequação ao Anteprojeto L: Projeto de Constituição M: Emendas (1P) de Plenário e Populares N: Substitutivo 1 do Relator O: Emenda (ES) ao Substitutivo 1 P: Substitutivo 2 do Relator

Continua.

¹⁰ Texto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também conhecida como Comissão Afonso Arinos. Composta por 50 membros, a Comissão foi presidida por Afonso Arinos de Melo Franco e elaborou um anteprojeto constitucional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/AfonsoArinos.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.

ETAPAS	FASES
5. Plenário	Q: Projeto A (início 1º turno) R: Ato das Disposições Transitórias S: Emenda (2P) de Plenário e Emendas do Centrão T: Projeto B (fim do 1º; início 2º turno) U: Emenda (2T) ao Projeto B V: Projeto C (fim 2º turno)
6. Comissão de Redação	W: Proposta exclusivamente de redação X: Projeto D – redação final
7. Epílogo	Y: Promulgação

Fonte: Portal da Constituição Cidadã.

De maneira sucinta é possível mostrar as atividades em três etapas principais: Comissões temáticas, Comissão de sistematização e Plenário. Foram criadas oito comissões temáticas, que por sua vez, dividiam-se em três subcomissões temáticas dedicadas a fazer o primeiro esboço do texto chamado anteprojeto a ser apreciado no âmbito de cada subcomissão. Após aprovado pela subcomissão, o texto era encaminhado para a Comissão temática à qual pertencia a subcomissão, em seguida, os três anteprojetos de cada subcomissão foram reunidos em um anteprojeto único que passava a ser o anteprojeto da Comissão. O Quadro 2 apresenta as Comissões temáticas criadas com suas respectivas subcomissões:

Quadro 2: Comissões e subcomissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte

I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher a – Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais b – Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias c – Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais
II - Comissão da Organização do Estado a – Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios b – Subcomissão dos Estados c – Subcomissão dos Municípios e Regiões
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo a – Subcomissão do Poder Legislativo b – Subcomissão do Poder Executivo c – Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público

Continua.

IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições a – Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos b – Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança c – Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a – Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas b – Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira c – Subcomissão do Sistema Financeiro
VI - Comissão da Ordem Econômica a – Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica b – Subcomissão da Questão Urbana e Transporte c – Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária
VII - Comissão da Ordem Social a – Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos b – Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente c – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação a – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes b – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação c – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso
Comissão de Redação

Fonte: Portal da Constituição Cidadã.

Sobre o processo de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, cabe destaque à iniciativa chamada de “Sugestões dos Cidadãos”. Tendo como um dos princípios a participação da sociedade nos debates e ciente do grande anseio nacional sobre uma nova Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte abriu um canal de comunicação para que o cidadão pudesse manifestar o que desejava ver na nova Constituição e que Brasil novo havia em seu imaginário.

Entre março de 1986 e julho de 1987, o projeto *Diga Gente e Projeto Constituição*, lançou uma campanha para recebimentos de sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos e disponibilizados pelo Correios do Brasil. Para enviar a sugestão, o cidadão deveria se deslocar para a

agência mais próxima, preencher o formulário e encaminhar, sem custos, a carta resposta para o Senado Federal.

Foram coletadas 72.719 sugestões em todo o país e o resultado da compilação das sugestões foi a criação da base de dados SAIC – Sistema de Apoio Informático à Constituinte¹¹. As sugestões versaram sobre temas variados, desejos de um país melhor e um espaço para registro de críticas aos principais problemas do Brasil. Sobre o trabalho doméstico foram apresentadas várias sugestões, tais como:

1. melhoria na remuneração do trabalho doméstico;
2. pagamento de gratificação natalina;
3. equiparação de direitos com demais classes de trabalhadores;
4. direito de aposentadoria para as donas de casa e os empregados domésticos.

De maneira análoga, abriu-se espaço para as chamadas “Sugestões dos Constituintes e Entidades”, que permitiu aos constituintes e entidades de classe exporem os temas que desejavam incluir na nova Constituição. Ao todo foram recebidas 12.000 sugestões sobre os mais diversos temas para apreciação da Assembleia Nacional. Todas as sugestões e suas íntegras podem ser acessadas na base APEM¹², também disponível no portal do Senado Federal. Sobre as sugestões dos constituintes e entidades, verifica-se uma simetria entre os anseios populares e daqueles que realmente estariam à cargo da construção do novo texto constitucional. A título de exemplificação, o Quadro 3 apresenta algumas sugestões de constituintes e entidades sobre o trabalho doméstico:

Quadro 3 – Exemplos de sugestões de Constituintes e entidades

CONSTITUINTE/ENTIDADES	SUGESTÃO
Associação profissional das empregadas domésticas – Nova Iguaçu/RJ	Sugere dispositivos assegurando direitos às trabalhadoras empregadas domésticas.
Empregadas domésticas de Santiago – Santiago/RS	Sugere norma que assegure direitos à empregada doméstica.

Continua.

¹¹ <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>.

¹² <http://www6g.senado.gov.br/apem/search>.

Continuação.

CONSTITUINTE/ENTIDADES	SUGESTÃO
Abigail Feitosa (PMDB/BA)	Sugere que as empregadas domésticas tenham os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores.
Mendes Botelho (PTB/SP)	Sugere sejam assegurados aos trabalhadores rurais e aos empregados domésticos todos os direitos trabalhistas e previdenciários conferidos aos trabalhadores urbanos seja pela consolidação das leis do trabalho, seja pela legislação de previdência social.
Benedita da Silva (PT/RJ)	Sugere que sejam garantidos pela legislação trabalhista mercado de trabalho, estabilidade, proteção à velhice, pensão por morte e extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos empregados domésticos e rurais.
Irma Passoni (PT/SP)	Sugere inclusão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, dentre cujas normas estão: i proibição de diferença salarial para trabalhos iguais; ii creches para filhos de empregados, até 1 ano, no local do trabalho, próximo deste ou da moradia; iii não incidência da prescrição no curso do contrato; iv descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto; v participação lucros da empresa; vi garantia e segurança no emprego, proibida demissão imotivada, vii extensão direitos trabalhistas aos domésticos.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por se tratarem de sugestões e manifestações livres, tanto oriundas da sociedade como as de constituintes e entidades, o aproveitamento das sugestões não era algo vinculado à atuação do constituinte ou obrigatório no processo de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte mas, serviram como ideias e itens norteadores para auxiliarem o direcionamento de temas a serem debatidos (LACERDA *et. al*, 2018)

Retomando o foco para as atividades da Assembleia Nacional Constituinte, após esgotada a discussão no âmbito da Comissão temática, o anteprojeto era encaminhado para a Comissão de sistematização que reunia todos os anteprojetos das Comissões em um texto mais coeso para ser votado, em dois turnos, em Plenário. Por fim cabia à Comissão de Redação proceder os ajustes necessários no texto para a promulgação.

Após dezoito meses de trabalho árduo e desgastante na apreciação de 61.020 emendas parlamentares e 122 emendas populares, a mais nova Constituição foi

promulgada no dia 5 de outubro de 1988 em uma sessão do Congresso Nacional que marcou o início de um novo capítulo da história política brasileira.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. [...] Termino com as palavras com que comecei esta fala: a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: – Mudar para vencer! (GUIMARÃES, 1988).

O TRABALHO DOMÉSTICO NO TEXTO CONSTITUCIONAL

No âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, o trabalho doméstico foi discutido e apreciado na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, pertencente à Comissão da Ordem Social (VII). O tema figurou algumas vezes e de maneiras diferentes em vários momentos da elaboração do texto. Na redação do caput do artigo 7º sancionado em 1988, o trabalho doméstico apareceu na Fase A – Anteprojeto do Relator, que representa o primeiro texto a ser apreciado pelos constituintes. Nesse texto o trabalhador doméstico já possuía direitos garantidos equiparando-o com os demais tipos de trabalhador e permaneceu até a Fase C – Anteprojeto da Subcomissão, com a seguinte redação:

Art. 2º São assegurados aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, e a todos os demais, independentemente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. (BRASIL, 2018).

Ao ser enviado da subcomissão para apreciação da Comissão, o texto recebe emendas e consequentemente sofre alterações e o trabalho doméstico deixa de estar presente na redação do artigo na Fase F – Substitutivo do Relator na Comissão:

Art. 2º. São assegurados aos trabalhadores urbanos, rurais e aos servidores públicos, federais, estaduais e municipais, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. (BRASIL, 2018b).

A partir dessa fase, o trabalho doméstico não volta mais ao texto do *caput* do artigo. No entanto, parlamentares integrantes da Comissão atuaram no sentido de reverter essa situação e apresentaram emendas específicas na tentativa que o tema constasse na redação dos direitos trabalhistas.

O debate do trabalho doméstico volta ao cerne da questão em uma primeira abordagem como um artigo específico na Fase F – Substitutivo do relator, documento que representa a junção do texto recebido da subcomissão, as emendas apresentadas pelos membros da comissão e a própria visão do relator sobre a matéria. Daí em diante o trabalho doméstico passa a ser escrito e organizado de diversas maneiras.

Olhando a questão pelo viés da manifestação popular, ela se deu principalmente a partir de audiências públicas realizadas pela Comissão da Ordem Social, onde eram convidadas entidades civis para defenderem seu ponto de vista. A esse respeito, cabe destaque o registro do discurso proferido por Lenira de Carvalho¹³, representante das empregadas domésticas de todo o país, que proferiu as seguintes palavras:

Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife estou aqui com as companheiras de todo o Brasil. Digo as companheiras que aqui estão que temos que aproveitar esta oportunidade de falar para os poucos Constituintes presentes que temos consciência de que eles aqui estão, porque o povo aqui os colocou. É por isso que vimos [sic], hoje, cobrar, como todos os trabalhadores estão cobrando, porque nós, domésticas, também votamos. Trabalhamos e fazemos parte deste País, muito embora não queiram reconhecer o nosso trabalho, porque não rendemos e não produzimos. Mas, estamos conscientes de que produzimos e produzimos muito. E achamos que, numa hora em que há uma Constituinte, uma nova Constituição para fazer, acreditamos, temos a esperança de que vamos fazer parte dessa Constituição.

Com a comemoração dos trinta anos da promulgação da Constituição brasileira e ciente da importância de manter informações como as apresentadas acima, organizadas e acessíveis ao cidadão, o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados iniciou a edição em 2018 de uma série intitulada *Quadro histórico dos dispositivos constitucionais*¹⁴ que apresenta como os artigos da

¹³ Discurso proferido na 15ª reunião da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup95anc16jul1987.pdf#page=112>. Acesso em: 17 abr. 2019.

¹⁴ <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Constituição de 1988 foram elaborados. Até abril de 2019 essa série já conta com 123 artigos constitucionais descritos. O Quadro 4 apresenta parte do conteúdo apresentado nessa publicação, onde é possível verificar como o tema foi debatido e redigido nas fases de elaboração do art. 7º, parágrafo único.

Quadro 4 – Redação do trabalho doméstico nas fases do processo constituinte

FASE	TEXTO
FASE F – Substitutivo do relator	Art. 3º A lei protegerá os trabalhadores domésticos, obedecidos os seguintes princípios mínimos: I – salário mínimo igual ao do trabalhador dos setores produtivos, sem desconto de fornecimentos em natureza; II – gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias remuneradas em dobro; III – limitação da jornada de trabalho; IV – integração ao sistema de previdência social; V – aviso prévio de despedida ou equivalente em dinheiro; VI – adicional de salário por permanência à noite, observados os intervalos de descanso; VII – aposentadoria; VIII – repouso semanal remunerado; IX – irredutibilidade do salário; X – proibição de trabalho doméstico de menores estranhos à família em regime de gratuidade, salvo como prática educativa nos casos de adoção legal ou casos especiais justificados perante o juiz competente.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 17.
FASE H – Anteprojeto da comissão	Art. 4º São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os direitos previstos nos itens IV, VI, IX, X, XII, XVI, XVIII, XXIX, XXII e XXVI do art. 2º, bem como a integração à previdência social e aviso prévio de despedida, ou equivalente em dinheiro. Parágrafo único – É proibido o trabalho doméstico de menores estranhos à família em regime de gratuidade.
FASE I – Anteprojeto de Constituição	Art. 15 São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os direitos previstos nos itens IV, VI, IX, X, XII, XVI, XVIII, XXII, XXV e XXVIII do art. 14, bem como a integração à previdência social e aviso prévio de despedida, ou equivalente em dinheiro. Parágrafo único – É proibido o trabalho doméstico de menores estranhos à família em regime de gratuidade.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Total de emendas localizadas: 11.

Continua.

FASE	TEXTO
FASE L – Projeto de Constituição	Art. 14 São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os direitos previstos nos itens IV, VI, IX, X, XII, XVI, XVIII, XXIII, XXVI e XXIX do art. 13, bem como a integração à previdência social e aviso prévio de despedida, ou equivalente em dinheiro. Parágrafo único – É proibido o trabalho doméstico de menores estranhos à família em regime de gratuidade.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 55.
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	Art. 8º São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos itens IV, V, VII, XIII, XV e XX do artigo anterior, bem como a integração à previdência social e aviso prévio de despedida, ou equivalente em dinheiro.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 23.
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 7º São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, XIII, XV, XVII e XX do artigo anterior, bem como a integração à previdência social.
FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	Art. 8º São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XIV, XVI, XVIII e XXI do artigo anterior, bem como a integração à previdência social.
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	Total de emendas localizadas: 4
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] § 2º São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a integração à previdência social.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Não foram localizadas emendas.
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	Art. 6º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a integração à previdência social.
FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação (2018), com adaptações.

DISCUSSÃO DOS DADOS

O tema do trabalho doméstico e sua existência, enquanto alvo de direitos trabalhistas e previdenciários, foi foco de um amplo debate até sua chegada à Comissão de Redação. Os constituintes divergiam, dentre outros aspectos, sobre a viabilidade de conferir aos trabalhadores domésticos, direitos até então inéditos no ordenamento jurídico brasileiro. Residia um receio, entre os constituintes, de criarem situações fictícias de direito à essa classe de trabalhador.

Dentre os constituintes que mais atuaram contra esse receio e se esforçaram para verem representados os trabalhadores domésticos na Constituição, destaca-se a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) que apresentou várias emendas a respeito, tais como a Emenda n. 77 na Fase: G – Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão, com a seguinte justificativa:

Se o empregado doméstico presta serviços e como retribuição recebe a remuneração, não há como não submetê-los aos princípios constitucionais e demais leis que regem os direitos dos trabalhadores. A alegação de que o trabalho doméstico não gera lucro não deve ser motivo para exclusão ou diminuição de direitos aos empregados domésticos. Alguns direitos não se coadunam com a natureza do trabalho doméstico, daí as exceções previstas no final desta Emenda. (SILVA, 1987).

A Constituinte torna a defender o tema na Emenda n. 3.269 na Fase: M – Emendas 1P ao Projeto de Constituição, com a seguinte justificativa:

A categoria dos empregados domésticos deve ser tratada como as demais categorias dos trabalhadores, muito embora o caráter diferenciado do empregador. Não se justifica, portanto, tratamento diferenciado quanto aos benefícios previdenciários como seguro desemprego, licença remunerada à gestante o seguro contra acidente do trabalho e direitos trabalhistas como Fundo de Garantia do Patrimônio Individual e jornada de trabalho. (SILVA, 1987).

Durante todo o processo constituinte, outros parlamentares fizeram tentativas como as apresentadas acima com o intuito de assegurar mais direitos aos trabalhadores domésticos, porém nem todas conseguiram lograr êxito. Assim, o tema do trabalho doméstico acabou sendo incluído de maneira sucinta no texto constitucional de 1988, ou seja, a superficialidade da abordagem do tema fez com que fosse criado um vácuo legislativo e de direitos aos trabalhadores domésticos nos anos

seguintes. Os direitos somente seriam ampliados vinte cinco anos depois com a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição n. 478, de 2010 conhecida como “PEC das domésticas”.

Coube à Deputada Benedita da Silva, a mesma que em 1987 tentou garantir direitos aos trabalhadores domésticos, ser a relatora da proposta na Comissão especial constituída para deliberar sobre a matéria. Após três anos de tramitação a proposta se torna realidade com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, que assegurou os seguintes novos direitos ao trabalhador doméstico:

1. garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
2. proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
3. duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
4. remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
5. reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
6. proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
7. proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
8. proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em seu relatório, a deputado Benedita da Silva (2012, p. 42) lembra da luta dessa classe de trabalhador que carrega consigo estigmas quanto à sua existência:

A história das trabalhadoras domésticas pelo reconhecimento de direitos trabalhistas foi marcada por grandes lutas, conforme pudemos apreender das esclarecedoras exposições dos nossos convidados nas audiências públicas. E essa luta por um trabalho decente foi travada desde o dia em que pisou em solo

brasileiro a primeira mulher africana escravizada. A partir daí a luta pelos direitos das mulheres negras foi se firmando e, no caso particular das trabalhadoras domésticas [...] Partindo do princípio de que o trabalho doméstico no Brasil se iniciou com os trabalhos realizados pelos servos e escravos africanos, temos que está, em nossas raízes, o desprestígio em relação a este trabalho. Sabemos que o escravo era tratado como objeto, e isso se estendeu mesmo após a sua libertação, quando o próprio legislador não lhes atribuiu os direitos dos outros cidadãos. (SILVA, 2012, p. 42).

Dessa forma, a vigência da Emenda Constitucional n. 72, de 2013 deu fim ao longo período de omissão legal para os trabalhadores domésticos e assim criando uma nova realidade para esses trabalhadores.

Embora a expansão dos direitos do empregado doméstico ainda seja algo recente, pode-se afirmar que esse foi um primeiro passo, necessário e importante, que cabe aos legisladores atuais corrigirem possíveis imperfeições do texto constitucional de 1988. O ritmo acelerado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, aliada com a pressão advinda da sociedade por um texto, podem explicar a razão pela qual temas que suscitavam mais tempo de debate tenham sido colocados de maneira generalista ou até mesmo retirados do texto a ser promulgado.

CONCLUSÃO

Desde os tempos remotos o ser humano emprega sua capacidade física na realização de tarefas, sejam elas para satisfação pessoal ou como um meio de sobrevivência/subsistência. Sobre o aspecto da subsistência, o trabalho doméstico é aquele que representa de maneira mais completa a aptidão física como uma forma de trabalho.

Uma atividade tão antiga como o uso de trabalhadores domésticos sofreu desde seu início problemas de reconhecimento e respeito pela sociedade, sendo assim, é uma categoria que corriqueiramente sofre com poucos ou nenhum direito que proteja o profissional ou a própria profissão.

No Brasil essa realidade não é diferente, por décadas os trabalhadores domésticos brasileiros desempenharam suas funções sem ao menos haver uma linha escrita sobre seus direitos trabalhistas. Apenas no século XX essa situação é alterada com os primeiros normativos tratando especificamente da regulamentação do trabalho

doméstico que evoluíram até a sua determinação como um item incluído na Constituição de 1988.

Embora legalmente reconhecidos desde 1988, os trabalhadores domésticos só experimentaram uma realidade efetiva de direito com o advento da Emenda Constitucional n. 72, de 2013 que sedimentou o grupo de direitos disponíveis ao trabalhador doméstico. Como foi possível verificar o tema do trabalho doméstico enfrentou vários desafios durante o processo de elaboração da Constituição de 1988 e foram necessárias mais de duas décadas para que as discussões iniciadas em 1987 tornassem de fato realidade. Contudo, ainda residem à atividade doméstica outros problemas que precisam ser enfrentados, tais como o preconceito e reconhecimento profissional. No entanto, os primeiros passos já foram dados com a garantia dos direitos desse tipo de trabalhador que possui grande importância na sustentação do lar e das famílias brasileiras.

Diante da realidade brasileira, onde grande parte da mão de obra carece de formação e especialização, o trabalho doméstico constitui-se como a primeira ou única oportunidade laboral das pessoas, logo garantir condições para essa atividade é algo de alta relevância para uma sociedade em desenvolvimento como a brasileira. Em tempos de profundas modificações da sociedade e suas relações sociais, o debate sobre o trabalho doméstico deve ser um dos itens da pauta, seja no tocante ao profissional que o desempenha, seja pela própria garantia do exercício dessa atividade laboral.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. O tempo do trabalho doméstico remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113–123.

AVELINO, Mario. **PEC das domésticas: novos direitos e deveres de patrões e empregados**. Rio de Janeiro: Mario Avelino, 2015. 439 p.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa

(Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137–148.

BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: MONTESSO, Cláudio José; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima Coêlho Borges (Coord.). **Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois**. São Paulo: LTr, 2008. p. 316–329.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **A Construção do artigo 5º da Constituição de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 371 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Quadro Histórico dos Dispositivos Constitucionais: art. 7º caput**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2018. 39 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35484>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Quadro Histórico dos Dispositivos Constitucionais: art. 7º, parágrafo único**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2018b. 64 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35480>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 1985**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-26-27-novembro-1985-364971-norma-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2013**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2013/emendaconstitucional-72-2-abril-2013-775615-norma-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-norma-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem Presidencial nº 48, de 1985**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/emenda.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei nº 930, de 1972**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=184649. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/emenda.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2012. 416 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 2222 p.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta. A Constituição Federal de 1988 vinte anos depois: o choque de brasilidade e o protótipo de Macunaíma. In: MONTESSO, Cláudio José; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima Coêlho Borges (Coord.). **Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois**. São Paulo: LTr, 2008. p. 401-420.

GUIMARÃES, Ulysses. Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, 5 out. 1998, p. 14380-14382. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

LACERDA, Ana Beatriz de Castro Carvalho *et al.* **A voz do cidadão na Constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2018. 157 p. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36660#>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual do trabalho doméstico**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 203 p.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las**. Brasília: Senado Federal, 1993. 104 p.

SANTOS, José Aparecido dos. Trabalho doméstico, Constituição e Cidadania: perspectivas para uma transformação social por meio do direito do trabalho. In: MONTESSO, Cláudio José; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima Coêlho Borges (Coord.). **Direitos sociais na Constituição de 1988**: uma análise crítica vinte anos depois. São Paulo: LTr, 2008. p. 206–230.

SARNEY, José. **Mensagem nº 48, de 1985**. 1985. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/emenda.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

SILVA, Benedita. **Emenda n. 3269 na Fase: M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição**. 1987. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-227.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SILVA, Benedita. **Emenda n. 77 na Fase: G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão**. 1987. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-184.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SILVA, Benedita. **Relatório sobre a proposta de emenda à Constituição n. 478-A, de 2010**. 2012. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1009462&filename=PRL+2+PEC47810+%3D%3E+PEC+478/2010. Acesso em: 17 abr. 2019.

Recebido em: 17/04/2019

Aceito para publicação em: 16/05/2019

Como citar este artigo:

EIRÃO, Thiago Gomes. Trabalho doméstico e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987: uma análise da redação do tema na Constituição de 1988. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 6, n.1, p. 27–48, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.